

Aliviado, PMDB agora negocia

Nem foi preciso esperar votação para começar a transigir

Quando se sentou à mesa de negociações com o deputado José Lourenço, ontem pela manhã, o líder peemedebista Nelson Jobim tinha uma preocupação e uma convicção. A preocupação: transigir ao máximo para evitar que o seu partido viesse a ser responsabilizado por um então previsível confronto político. A convicção: independentemente de qualquer acordo prévio com o PFL, àquela altura o discurso do presidente Sarney já havia gerado uma onda de solidariedade entre os constituintes capazes, por si só, garantir a aprovação do projeto na sessão da tarde. A hora era de conciliar.

Dos 40 pontos listados pelo PFL, o PMDB aceitou alterar 28, total ou parcialmente. Segundo o senador José Fogaça, um dos negociadores do partido, apenas os itens "absolutamente inaceitáveis" foram excluídos da negociação. Entre eles, o direito de greve, a nacionalização dos minérios, a proibição do comércio de sangue, o conceito de empresa nacional e a desapropriação de terras urbanas subutilizadas.

O deputado José Lourenço não aceitou a proposta do PMDB, que entretanto surtiu os efeitos desejados junto aos demais partidos que até então apoiavam a posição do líder pefelista. Estes efeitos puderam ser constatados quando o painel de votação foi acionado pelo presidente Ulysses Guimarães: PDS e PTB, toda a esquerda e centro-esquerda aprovaram o projeto com ressalva para os destaques. Os seguidores de Lourenço — 55 — ficaram isolados no voto pela abstenção. "A direita ficou ilhada", comemorou o senador Fogaça.

PROSEGUE

Vencida a etapa preliminar do segundo turno, que foi a votação global do projeto de Constituição, as negociações em torno dos pontos polêmicos tomam um rumo mais concreto a partir de hoje. Na opinião do senador Mário Covas, presidente do PSDB, o texto está cheio de imperfeições que precisam ser corrigidas. O partido dos tucanos adota a mesma posição assumida pelo PMDB: aceita negociar alguns itens, mas mantém uma lista de temas (especialmente no capítulo dos direitos sociais) que tentará resguardar na forma em que foram definidos no primeiro turno. Inegociáveis, para os peessedebistas, são o monopólio estatal sobre o subsolo e as telecomunicações, o direito de greve, a definição de empresa nacional e a reforma tributária.

A posição de cada partido a respeito dos pontos polêmicos, segundo o deputado Nelson Jobim, poderá ser colocada a partir de hoje na mesa de negociações. "Estamos abertos ao diálogo, sem o qual a Constituinte não anda", garantiu o líder do PMDB. Para o senador José Fogaça, não foram inúteis as sucessivas reuniões de liderança realizadas nos últimos dias: "Já nos entendemos a respeito de diversos artigos do projeto. Onde for possível o consenso, não há motivo para o confronto", explicou o parlamentar gaúcho.

Conflito é prejudicial, diz Barbalho

"Acho um desserviço transformar esse episódio em um conflito entre o Governo e a Constituinte, entre o Executivo e o Legislativo ou entre o presidente José Sarney e doutor Ulysses Guimarães". A afirmação é do ministro Jader Barbalho, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, ao comentar para o CORREIO BRAZILIENSE o pronunciamento feito anteontem, em cadeia nacional de rádio e televisão, pelo presidente José Sarney.

Quanto ao discurso feito ontem pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, Jader Barbalho considera que "a divergência é própria do regime democrático". O fato da Constituição ter sido aprovada ontem, no entender do ministro, "foi uma medida puramente regimental".

— Se o texto fosse aprovado sem os destaques, estaríamos diante de uma situação muito grave — afirmou Barbalho acrescentando que "ninguém é totalmente contra o texto, mas só quanto a alguns artigos".

JULIO ALCANTARA



Antes de votar, os líderes reuniram-se com Nelson Jobim, primeiro à esquerda, tentando acordo

Álvaro Dias acha normal a pressão

Curitiba — O governador Álvaro Dias, do Paraná, considerou normal o esforço do Governo para tentar suprimir alguns artigos do texto da Constituição aprovados no primeiro turno. No entendimento do governador paranaense, esse esforço corresponde aos próprios anseios da sociedade brasileira, que deseja a supressão da anistia fiscal e da anistia aos pequenos e micro empresários.

"Essa anistia é uma proposta nociva", salientou. Apenas no Paraná, segundo Álvaro Dias, a anistia representaria um prejuízo de cerca de Cz\$ 9 bilhões anuais.

Para Covas, País não ficará ingovernável

Em seu pronunciamento à Nação terça-feira à noite, o presidente Sarney afirmou que seus sucessores não terão condições de administrar o País porque o projeto constitucional o tornará ingovernável. Para o presidenciável Mário Covas (PSDB-SP), contudo, o que Sarney fez foi utilizar dados suspeitos para tentar encobrir o desgoverno em que se encontra o Brasil.

Embora admita que o projeto de Constituição está repleto de imperfeições,

o parlamentar paulista lembrou que o segundo turno servirá exatamente para corrigir as distorções existentes. Mesmo que isto não aconteça, na opinião de Covas, o texto ainda é superior à atual Carta Magna, na medida em que consagra direitos fundamentais da sociedade.

Na área tributária, exaustivamente citada por Sarney em seu discurso à Nação, o senador peessedebista concordou que a União perdeu mais de 20%

de sua arrecadação: "O que o Presidente esqueceu de dizer é que esses recursos foram repassados para os estados e os municípios, ou seja, ficarão mais próximos do controle do cidadão".

Finalmente, Mário Covas advertiu que a maioria dos pontos criticados por Sarney foi aprovada pela própria bancada governista contra o voto das esquerdas. E exemplificou: a anistia aos microempresários e a aposentadoria proporcional.